



UMA INICIATIVA EAPN PORTUGAL

OBSERVATORIO
NACIONAL
luta contra a pobreza

EM FOCO

Rendimento e condições de vida na região Norte: breve síntese

#5 | Junho de 2019

Os dados do Inquérito às Condições de Vida e de Rendimento de 2018 dão conta de uma região Norte com uma realidade periclitante no que concerne às condições de vida da sua população. Não obstante os indicadores relativos à pobreza monetária, à privação material e à exclusão social apontem as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira como sendo aquelas que, em termos relativos, apresentam taxas mais elevadas de incidência de pobreza monetária, de privação material e de intensidade laboral per capita muito reduzida, é a região Norte que, no território continental, apresenta o maior número absoluto de pessoas que se encontram nessas situações, verificando a maior concentração territorial de população residente no país em situação de desfavorecimento socioeconómico e em pobreza extrema.

Pobreza, privação e intensidade laboral

Os dados do ICOR 2018, revelados no passado dia 7 de maio pelo INE, deixam claras as fortes assimetrias regionais nas condições materiais de vida da população residente em Portugal. Fixando o limiar de pobreza nos 60% do rendimento mediano por adulto equivalente – que é de 5 607 euros anuais, o equivalente a 467 euros por mês, em 2017 –, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais no conjunto do território nacional é de 17,3%. Todavia, usando essa linha de pobreza para aferir a percentagem de população em risco de pobreza monetária no contexto circunscrito de cada região (i.e., tendo por referência apenas os rendimentos da população residente em cada região), vemos que as percentagens variam consideravelmente: a Região Autónoma dos Açores (R.A.A.) e a Região Autónoma da Madeira (R.A.M.) apresentam as taxas mais elevadas de população em risco de pobreza por referência ao limiar de pobreza nacional – 31,6% e 27,5%, respetivamente. No território nacional, a incidência de pobreza relativa é globalmente mais baixa, mas as regiões Norte, Centro e Algarve são aquelas com maior incidência, de 18,6%, sendo seguidas do Alentejo (16,9%), e da Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.), que apresenta a mais baixa taxa de risco de pobreza a nível nacional – 12,3%, 5 pontos percentuais (p.p.) abaixo da taxa verificada para o conjunto do país.

A região Norte tem também uma das mais elevadas taxas de intensidade laboral *per capita* muito reduzida no território continental. Com 8% da população a viver em agregados em que os membros adultos trabalham apenas até 20% do tempo de trabalho potencial, não se revela surpreendente que a região apresente uma taxa de risco de pobreza tão elevada, associada ainda a uma taxa de privação material severa de 6,4% da população residente na região, que

está acima da verificada para o conjunto do território nacional (6%). Com incidência relativa de privação material severa significativamente superior encontramos, mais uma vez, as Regiões Autónomas – 12% na dos Açores, 9,4% na da Madeira. Cruzando estes três indicadores para observar a taxa de risco de pobreza ou exclusão social, percebemos que, no território continental, a região Norte disputa com a região do Algarve a pior posição neste indicador, com 22,8% da sua população em risco de pobreza e de exclusão, valor superior ao verificado para o conjunto do país – 21,6% –, que só é superado, uma vez mais, pelas regiões autónomas – 36,4% na R.A.A. e 31,9% na R.A.M..

Tabela 1 - Indicadores Gerais, Portugal e NUTS II, 2018 (%)

	Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	Taxa de privação material severa	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	Intensidade laboral per capita muito reduzida
Portugal	21,6	6	17,3	7,2
Norte	22,8	6,4	18,6	8
Centro	23	4,9	18,6	6,8
A.M.L.	16,7	5,8	12,3	5,5
Alentejo	21,1	4,5	16,9 (a)	8,3
Algarve	22,9	6,6	18,6	6,6
R.A.A.	36,4	12	31,6	11,8
R.A.M	31,9	9,4	27,5	10,4

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018.

Repare-se que aqueles valores relativos, apesar de muito importantes para compreender as dinâmicas regionais face aos referenciais nacionais, não deixam perceber a incidência absoluta de população que se encontra em situações de vida mais dificultadas dentro de cada região. Essa informação encontra-se na Tabela 2, onde verificamos que uma taxa de risco de pobreza em Portugal de 17,3% corresponde a um fenómeno que afeta 1 milhão e 777 mil residentes, dos quais 664 mil se encontram na região Norte. Em bom rigor, deve salientar-se que a região Norte concentrava, em 2017, 34% da população residente em Portugal (INE, 2017), apresentando o maior número absoluto de pessoas em cada uma das situações previstas nos quatro indicadores gerais analisados: maior número de população em situação de pobreza, maior número de pessoas em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida, maior número de população residente em situação de privação material severa e, ainda, maior número de população residente em situação de pobreza ou exclusão social.

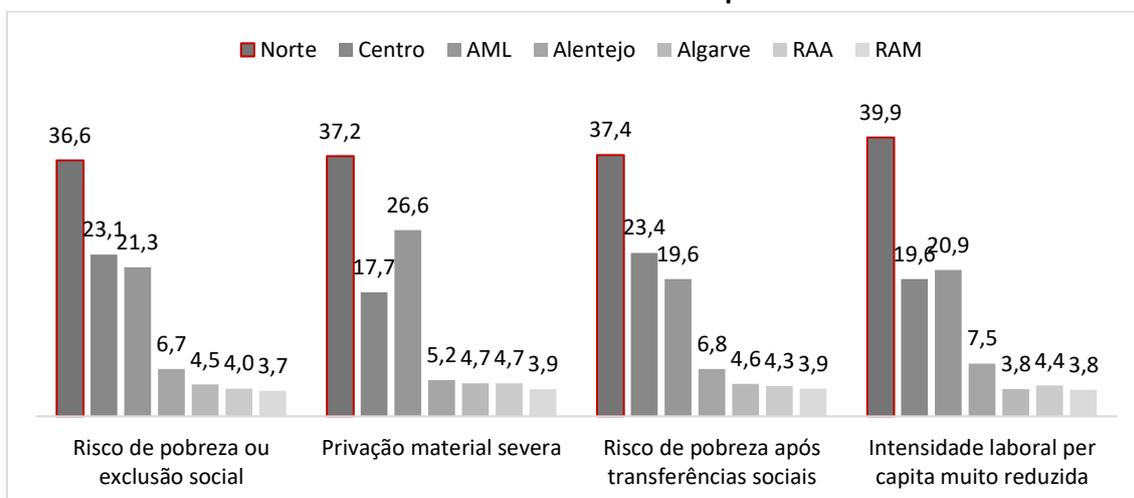
Tabela 2 - Indicadores Gerais, Portugal e NUTS II, 2018 (milhares)

	Risco de pobreza ou exclusão social	Privação material severa	Risco de pobreza após transferências sociais	Intensidade laboral per capita muito reduzida
Portugal	2 223	615	1 777	532
Norte	814	229	664	212
Centro	514	109	415	104
A.M.L.	474	164	348	111
Alentejo	150	32	121	40
Algarve	101	29	82	20
R.A.A.	89	29	77	23
R.A.M	81	24	70	20

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018.

Neste contexto, a distribuição, por regiões, da população que em Portugal se encontra nas situações apuradas por cada um dos indicadores analisados (Gráfico 1) permite verificar que a população que no país experiencia piores condições materiais de vida se concentra maioritariamente na região Norte de Portugal. Nela reside quase 40% da população que em Portugal vive em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida, 37,4% da população que no país se encontra em risco de pobreza, 37,2% da população nacional em situação de privação material severa e 36,6% do total da população que, em Portugal, se encontra em risco de pobreza e exclusão social.

Gráfico 1 - Distribuição (%) da população em situação de pobreza, privação material ou intensidade laboral muito reduzida por NUTS II



Fonte: INE, 2019. Distribuição relativa (%), por NUTS II, da população que no país se encontra (i) em risco de pobreza ou exclusão social, (ii) em privação material severa, (iii) em risco de pobreza após as transferências sociais e (iv) em intensidade laboral per capita muito reduzida.

Desigualdade de rendimento e limiares de pobreza regionais

Não obstante a concentração de pessoas em situação de pobreza e privação material ser elevada na região Norte, é importante notar que a região não está entre as mais desiguais do país. Pelo contrário, atendendo ao indicador de concentração de rendimento – o coeficiente de Gini –, a região apresenta níveis de desigualdade que estão entre os mais baixos do país, juntamente com aqueles verificados no Alentejo (Tabela 3), onde o coeficiente é de 28,9%, sendo de 30,3% no Norte, em ambos os casos abaixo dos 32,1% verificados a nível nacional. Também o indicador de disparidade de rendimento apresenta um comportamento semelhante: em Portugal, os 20% mais ricos têm um rendimento disponível por adulto equivalente que é 5,2 vezes superior ao dos 20% mais pobres, mas na região Norte essa disparidade não atinge os 5%, característica da região partilhada também com o Alentejo.

Tabela 3 - Desigualdade na distribuição de rendimentos, por NUTS II

	Coeficiente de Gini	Desigualdade na distribuição de rendimentos	
		(S80/S20)	(S90/S10)
	%	N.º	N.º
Portugal	32,1	5,2	8,7
Norte	30,3	4,8	x
Centro	31,3	5	x
A.M.L.	32,8	5,5	x
Alentejo	28,9	4,4	x
Algarve	32,2	5,3	x
R.A.A.	37,9	7,3	x
R.A.M	33,2	6,2	x

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018.

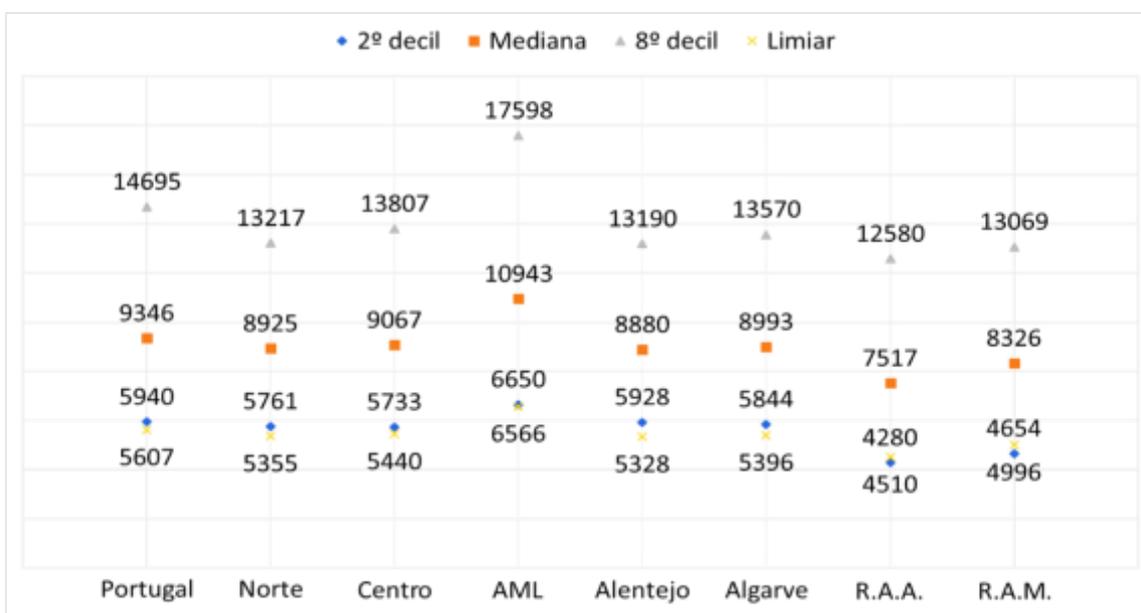
Ressalve-se, contudo, que os valores obtidos para estes indicadores no interior da região Norte não significam que a menor disparidade de rendimento disponível signifique maiores níveis de rendimento entre o conjunto da população residente. Contrariamente, os indicadores de pobreza atrás analisados sugerem que a maior nivelação de rendimentos na região Norte se deverá a uma concentração em escalões de rendimento mais baixos aos verificados noutras regiões com maior disparidade. Situação que é verificável no Gráfico 2, onde pode ver-se que a região Norte apresenta uma menor distância monetária entre o 2º decil e o 8º decil da distribuição de rendimentos do que a A.M.L., que é a região com maior concentração e desigualdade de rendimento no território continental, mas onde a mediana do rendimento disponível é mais elevada do que a de todas as outras regiões do país e, inclusivamente, da

mediana apurada para o conjunto da população residente em todo o território nacional (Gráfico 2).

No caso da região Norte, a mediana do rendimento disponível por adulto equivalente situava-se, em 2017, nos 8 925 euros (valor anual), o que faz com o limiar de pobreza apurado nos 60% da mediana de rendimento regional seja de 5 355 euros (o equivalente a 446,5€ por mês), mais baixo do que o limiar nacional e do que o valor do segundo decil de rendimento na região, o que deixa adivinhar que a incidência de pobreza apurada com base neste limiar estará também perto dos 20% da população residente. E, com efeito, a taxa de risco de pobreza apurada pelo INE (2019) para esta região é de 16,4%, cerca de 2 p.p. abaixo da apurada com base no limiar nacional, mas ainda próxima dos 20% da população.

Gráfico 2 – Distribuição de rendimento monetário líquido por adulto equivalente, por NUTS

II

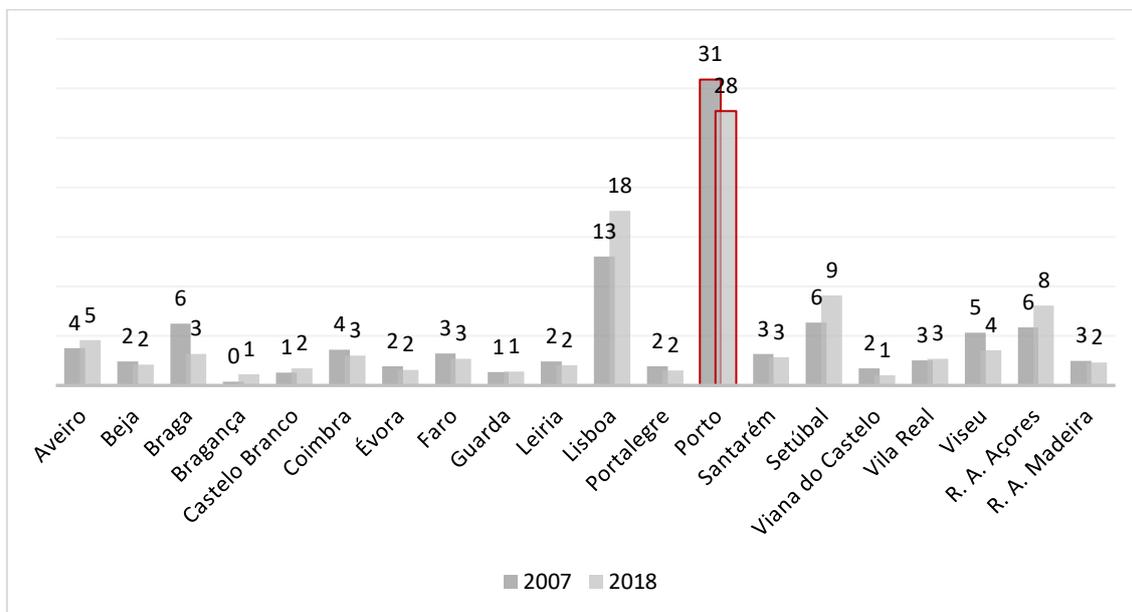


Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018.

Uma distribuição de rendimento disponível com estas características – situada em valores globalmente baixos –, associada a uma forte concentração a Norte da população em situação de pobreza no país, consolida um cenário em que a região Norte se apresenta com condições materiais de vida menos favoráveis do que as outras regiões do país. Ademais, um olhar sobre o número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e a sua distribuição pelos diferentes distritos (Gráfico 3) permite-nos dar conta da maior prevalência de pobreza extrema

em determinadas regiões, dentre as quais sobressai a região Norte, e, no seu seio, o distrito do Porto em particular (Gráfico 4).

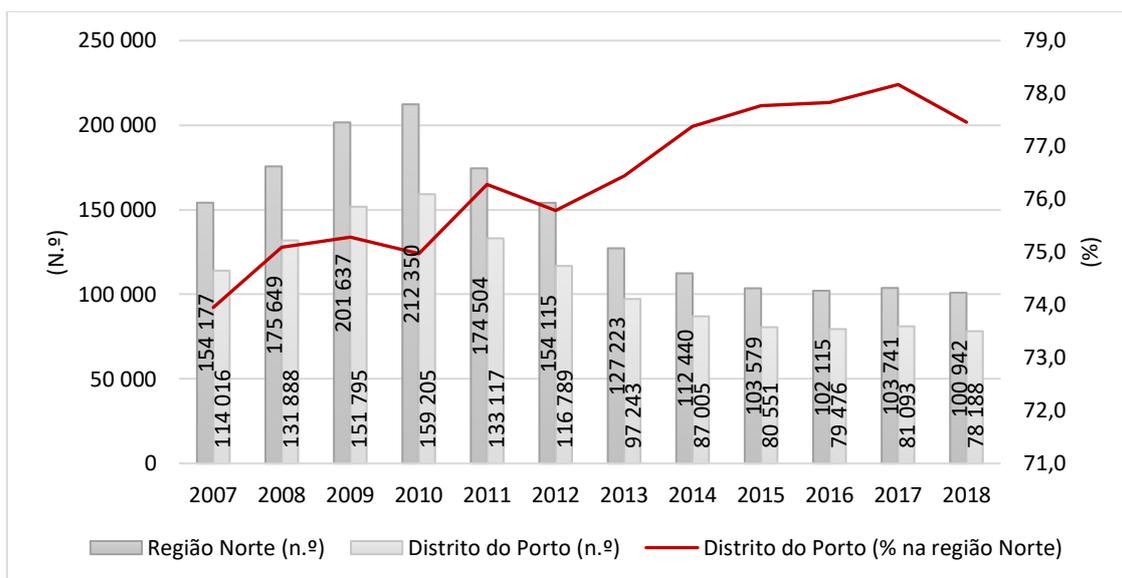
Gráfico 3 - Distribuição (%) dos beneficiários de RSI pelos 18 distritos do país



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Numa tendência que se manteve estável ao longo da última década, o distrito do Porto vem concentrando entre 27% a 35% do total de beneficiários do RSI de todo o país. O maior número absoluto de beneficiários no distrito (159 205) foi atingido em 2010, ano que precede o início do programa de ajustamento estrutural em Portugal, representando quase um terço do total nacional de beneficiários da medida. Atualmente, e após um período de retração acentuada do acesso a este apoio a pessoas em situação de pobreza extrema, o número de beneficiários está novamente a aumentar no distrito, rondando os 38 mil. O peso do número de beneficiários de RSI do distrito do Porto em toda a região Norte (excluindo os valores apurados para o distrito de Aveiro e de Viseu, que têm grande parte do seu território já na região Centro), é deveras expressivo, atingindo os 78.2% em 2018, tendo sido sempre superior a 75% ao longo de toda a última década, sugerindo uma concentração significativa de situações de carência extrema maioritariamente concentrada no distrito do Porto. Todavia, não se deixe de salientar que o número de pessoas em situação de pobreza monetária apurado pelo INE para a região Norte era, em 2017, de 664 mil, mas só cerca de 103 mil pessoas beneficiavam, nesse ano, de Rendimento Social de Inserção em toda a região, desvelando a parca abrangência da medida no combate a situações de pobreza.

Gráfico 4 - Beneficiários de RSI (n.º) na região Norte* e % do n.º de beneficiários no Porto (em % no total regional)



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P. Nota: *Soma os valores percentuais apurados para o distrito do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança. Exclui os distritos de Aveiro e de Viseu, por se encontrarem em territórios que abrangem quer a região Norte quer a região Centro.

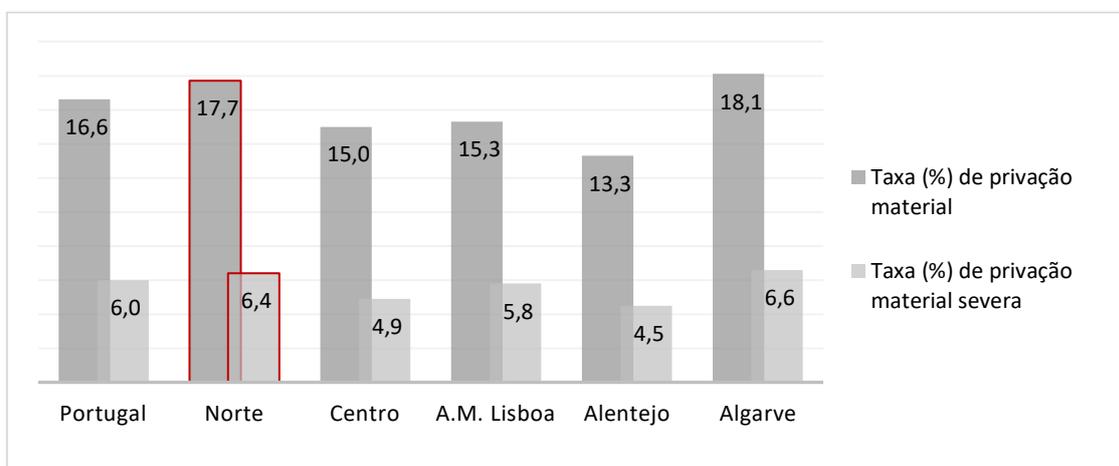
Privação material e das condições de habitação

A análise dos indicadores de privação material revela um cenário de carência material que está em linha com os indicadores de pobreza monetária na região. Recorde-se que o indicador de privação material afere a percentagem de população residente que vive em agregados que experienciam a carência forçada de pelo menos três de um conjunto de nove itens. Esses itens estão relacionados com a capacidade financeira para: i) assegurar o pagamento imediato de uma despesa imprevista cujo valor monetário esteja próximo do limiar de pobreza; ii) assegurar uma semana de férias por ano fora de casa a todo o agregado; iii) pagar atempadamente as despesas com a habitação permanente ou outras despesas correntes; iv) realizar uma refeição proteica a cada dois dias; v) manter a casa aquecida; vi) ter máquina de lavar roupa; vii) ter televisão a cores; viii) ter telefone fixo ou telemóvel; ix) dispor de um automóvel para usufruto do agregado. Considera-se que a privação material é severa quando o agregado não consegue assegurar quatro ou mais destes itens.

Ora, no gráfico 5 vemos que quase 18% da população residente na região Norte vive em agregados familiares em situação de privação material, isto é, em agregados que não têm capacidade financeira para assegurar pelo menos três daqueles nove itens. Este valor, muito próximo do que é verificado na região do Algarve, é mais elevado em 1,1 p.p. do valor apurado

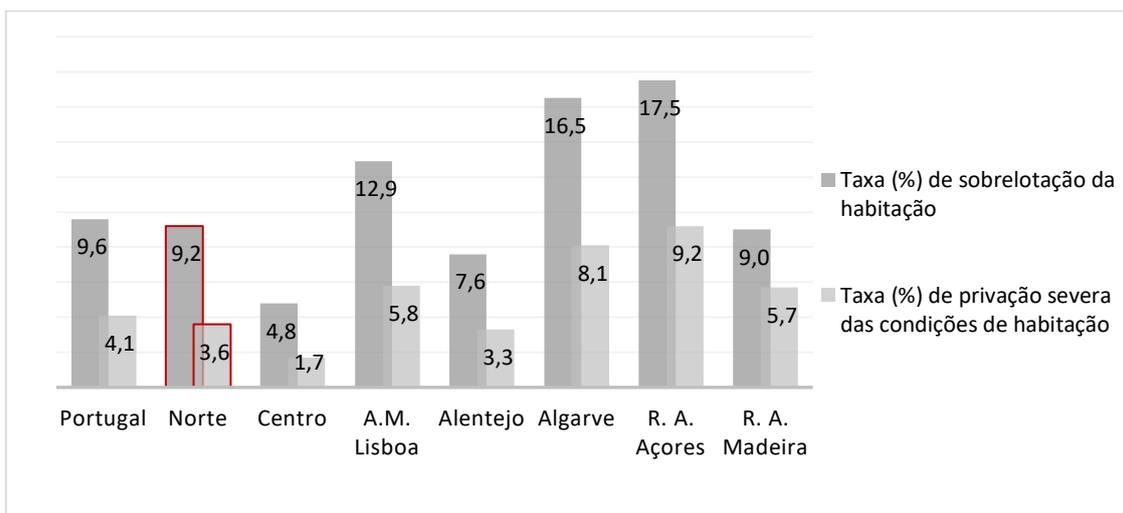
para o conjunto do território, e 2,4 p.p. acima do verificado na A.M.L., que é a região mais díspar do país. A população que não consegue assegurar quatro ou mais desses itens – ou seja, que se encontra em situação de privação material severa – é também superior a Norte face outras regiões do país. Em bom rigor, é na região do Algarve e do Norte que se verificam as mais elevadas taxas de privação material severa do país, com mais de 6% da população residente nessa situação.

Gráfico 5 – Indicadores de Privação material (% , 2018)



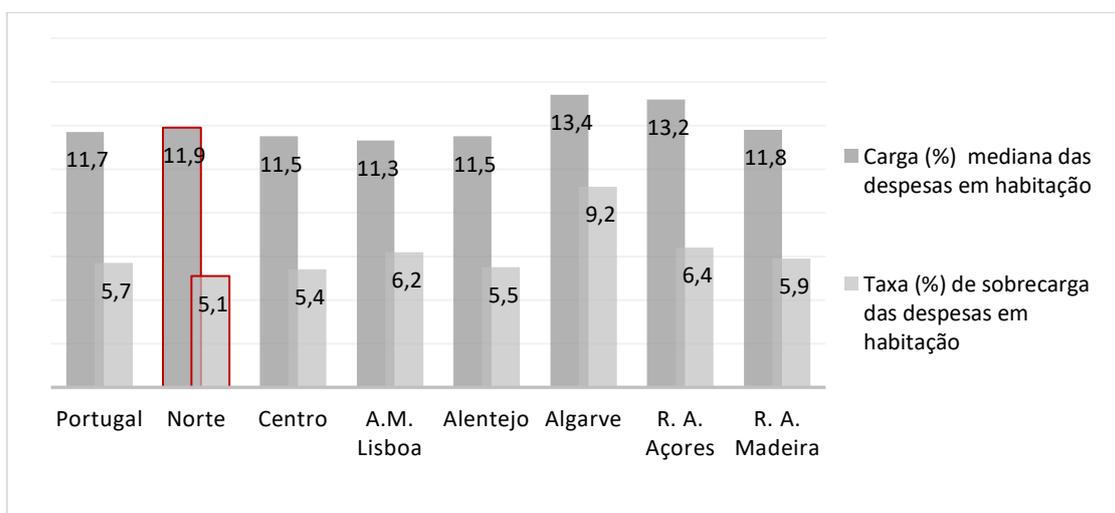
Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018.

No que toca à privação severa das condições de habitação (Gráfico 6), a região Norte apresenta uma situação relativa menos desfavorável, sendo as situações de maior severidade da privação verificadas noutras regiões, como o Algarve, a R.A.A. ou até mesmo a A.M.L.. Note-se que o indicador da privação severa das condições de habitação reporta a situações em que se verifica sobrelotação do alojamento em simultâneo com pelo menos uma das seguintes carências: i) ausência de banho ou duche no interior da habitação; ii) inexistência de sanita no interior do alojamento; iii) infiltrações de água, humidade nas paredes ou apodrecimento de janelas ou soalho; iv) insuficiência de luz natural. E, como se lê no gráfico 6, a região Norte regista uma taxa de sobrelotação muito próxima da verificada para o conjunto do país, mas tem uma das mais baixas taxas de privação severa das condições de habitação, o que indica que a sobreposição das duas situações (sobrelotação da habitação e pelo menos uma das carências mencionadas) é de menor prevalência entre a população residente nesta região.

Gráfico 6 - Indicadores de privação das condições de habitação (2018)

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018.

Relativamente aos indicadores que aferem o peso das despesas com habitação no rendimento disponível (Gráfico 7), a região Norte apresenta a segunda maior carga mediana das despesas em habitação no conjunto das regiões do território continental, e a mais baixa taxa de sobrecarga de despesas em habitação, o que significa que na região se encontra a menor prevalência de população em agregados familiares cuja carga financeira com despesas relativas à habitação é superior a 40% do rendimento disponível do agregado.

Gráfico 7 - Indicadores de despesas com habitação

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018.

Salvagarde-se, no entanto, que dentro da região Norte se registam, tal como noutras regiões, disparidades assinaláveis nos preços de mercado de venda e de arrendamento de alojamentos para fins de habitação permanente, com impactos relativos muito desiguais no rendimento

disponível dos agregados e, portanto, geradores de diferenças significativas nos indicadores de sobrecarga com despesas de habitação. Quando apurado para níveis regionais tão abrangentes como o da NUTS II, este indicador tende a velar estas disparidades, pelo que se aconselha a consulta do *Em Foco* de março, sobre *Pobreza e condições de habitação: o impacto dos preços de arrendamento*, para uma perceção mais ajustada das disparidades verificadas a níveis geográficos mais finos.

Em jeito de conclusão, cabe salientar que a população residente na região Norte parece estar mais vulnerável ao risco de pobreza e exclusão social. Mais de 814 mil pessoas na região se encontram em risco de insuficiência monetária, ou de muito reduzida intensidade laboral, ou de privação material severa, representando 36,6% do total da população que a nível nacional está em risco de pobreza e exclusão social. Esta situação justifica questionamentos consistentes sobre as disparidades socioeconómicas a nível regional, bem como sobre as medidas de política pública que impactam diretamente o nível de vida da população residente e a estrutura de oportunidades que, em diversos setores, caracterizam as diferentes regiões.

Referências

- INE (2019). “População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual”. *INE, Estimativas anuais da população residente*. Consultado em 18.06.2019 em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0
- INE (2019). “A maioria das pessoas em risco de pobreza residiam nas regiões Norte e Centro”. Rendimento e Condições de Vida 2018. Destaque à Comunicação Social de 7 de maio de 2019. Consultado a 18.06.2019 em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaqueres&DESTAQUESdestboui=354094642&DESTAQUESmodo=2
- ONLCP (2019). “Pobreza e condições de habitação: o impacto dos preços de arrendamento”. *Em Foco n.º 3*, Março de 2019. Consultado a 18.06.2019 em: https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Em-Foco-3_Website.pdf